

## **Relatório de Atividade do Conselho Geral – 2019**

### **Excelentíssimos (as) Associados (as)**

Sendo uma das competências conferida pelos estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista ao Conselho Geral, vem este órgão submeter à Assembleia Geral, para apreciação, o relatório de atividade desenvolvida em 2019.

Não pode deixar este Conselho Geral de agradecer aos restantes Órgãos Associativos, bem como aos serviços do Montepio Geral – Associação Mutualista, a grande dedicação e profissionalismo que muito contribuíram para o cumprimento da sua missão.

O ano de 2019 foi um ano marcado pelo início de funções dos actuais membros dos órgãos associativos eleitos em assembleia geral de Dezembro de 2018, pelo seu registo na ASF-Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, que na sequencia da entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas passou a ter a supervisão do MGAM e ainda pela aprovação em assembleia geral de 4 de Novembro, dos novos estatutos.

### **Atividades desenvolvidas em 2019**

Ao longo do ano de 2019, o Conselho Geral reuniu 6 vezes, para apreciar, analisar e/ou deliberar sobre todas as matérias que o Conselho de Administração lhe submeteu.

Segue uma relação resumida dos trabalhos realizados.

#### ➤ **Sessão de 12 de Março**

Tendo como Ordem de Trabalhos o seguinte:

1. Apreciação do Relatório do Conselho de Administração e Contas Individuais do Montepio Geral – Associação Mutualista, relativas ao exercício de 2018, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
2. Deliberação sobre o projecto de Relatório da actividade do Conselho Geral;

3. Deliberação sobre a subscrição de acções atribuídas em rateio pelo aumento de capital da Montepio Companhia de Seguros, SA;
4. Parecer sobre a alteração dos estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista;
5. Deliberar sobre a constituição de comissão sobre Beneficiário Efectivo do MGAM;
6. Aprovação do calendário anual das sessões do Conselho Geral;
7. Outros assuntos.

Sendo a primeira reunião após a tomada de posse dos novos órgãos sociais do MGAM para o triénio 2019-2021, foram dadas as boas vindas pelo Presidente da Mesa.

O Conselho Geral fica assim constituído:

- Dra. Maria de Belém Roseira
- Dr. Alipio Barrosa Pereira Dias
- Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira
- Dr. João António Morais da Costa Pinto
- Dr. Viriato Monteiro da Silva
- Dr. Alfredo Jorge Alves Gomes de Sá
- Carlos Manuel Melo Gomes Areal
- Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão
- Dr. António Fernando Menezes Rodrigues
- Manuel Rogério Dias Ferreira
- Dr. Luis Manuel dos Santos Silva Patrão
- Dr. Gonçalo Nuno Caetano Alves

Relativamente ao ponto 1, foram salientados os aspectos mais relevantes verificados na zona Euro e na economia nacional com relevância na actividade do MGAM, nomeadamente a entrada em vigor a 2 de setembro de 2018 do DL nº 59/2018, de 2 de Agosto, que aprovara o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), o qual definia que as associações de maior dimensão, grupo constituído pelo MGAM e MONAF, ficariam abrangidas por um novo regime de supervisão a efectuar pela ASF – Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões e por regras específicas a ser implementadas durante um período transitório de 12 anos.

Após alguns pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Conselheiros, foi o relatório e contas apreciado e considerado estar em condições de ser

submetido à apreciação e aprovação da assembleia geral nos termos da sua competência.

Relativamente à alteração dos Estatutos do MGAM, foi explicado aos Conselheiros que se tornava necessário harmonizar os estatutos com o que se dispunha no CAM uma vez que existiam incompatibilidades, pelo que se deliberou no sentido de considerar conveniente e oportuno o início imediato do processo de revisão estatutária do MGAM. O Conselho Geral pronunciou-se favoravelmente quanto ao aditamento de artigos que visem a consagração da existência e regulamentação da Assembleia de Representantes, bem como de disposições que regulem o regime transitório para aplicação das regras estatutárias.

Quanto ao ponto 5, foi deliberado a constituição de uma comissão técnica especializada em emitir parecer sobre quem são os beneficiários efectivos do MGAM nos termos e para os efeitos do disposto no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efectivo dado não haver concordância sobre as pessoas singulares a registar.

Todos os assuntos abordados nos restantes pontos da ordem de trabalhos, nomeadamente o relatório da actividade do Conselho Geral, a subscrição de acções atribuídas e m rateio pelo aumento de capital da Moçambique Companhia de Seguros, SA e o calendário anual das sessões do Conselho Geral, foram aprovados favoravelmente após discussão.

➤ **Sessão de 29 de Abril**

Sendo uma sessão extraordinária, teve como ordem de trabalhos:

1. Apreciação do Parecer sobre Identificação dos beneficiários efectivos, conforme Lei nº 83/2017;
2. Outros assuntos.

Antes do dar início aos trabalhos, o Conselho Geral lamentou a perda do Sr. Dr. Jorge de Sá, pessoa relevante para defesa da Economia Social em Portugal, e deu as boas vindas à nova Conselheira Sra. Dra. Maria das Dores Banheiro Meira.

O Presidente do Conselho de Administração fez uma apresentação geral da matéria em apreço informando que se procurara esclarecer o sentido da lei pedindo um novo parecer. Estaria em causa saber se os membros do Conselho Geral poderiam ou não ser considerados beneficiários efectivos, lamentando que

a lei feita, tendo em atenção uma matriz societária, não contemplasse com propriedade a situação das associações.

Aberto o debate, apesar dos esclarecimentos prestados, os Senhores Conselheiros manifestaram sentir necessidade de obter mais esclarecimentos por parte das entidades envolvidas, nomeadamente, sobre a exacta medida da responsabilidade dos membros do Conselho Geral pelo facto de serem declarados beneficiários efectivos.

Dada a urgência deste tema, que suscitou muitas dúvidas entre os membros, e em face dos pareceres jurídicos emitidos, foi decidido fazer o registo imediato das pessoas em relação às quais não se encontravam dúvidas. Relativamente aos outros, deveria perguntar-se ao Instituto dos Registo e Notariado se, em função das competências do Conselho Geral, os restantes membros que não desempenhavam funções administrativas, não se enquadravam na última categoria. Em caso afirmativo, seria necessário fazer o registo.

Perante uma proposta apresentada por um Senhor Conselheiro no sentido de fazer uma recomendação ao Conselho de Administração para substituição da auditora KPMG, foi esclarecido que se estava em processo de seleção para um auditor diferente em virtude da recente alteração legislativa que tinha introduzido um limite temporal à prestação de serviço pelos auditores.

➤ **Sessão de 27 de Junho**

Esta sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação da situação das empresas do Grupo Montepio no período respeitante ao 1.º trimestre de 2019;
2. Apreciação do Relatório e das Contas Consolidadas do Montepio Geral Associação Mutualista relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
3. Outros assuntos.

Começando pela apreciação do ponto 2, destacaram-se as principais alterações ocorridas no Grupo Montepio em 2018, como por exemplo, a alienação pelo MGAM de 158.920 ações da CEMG a um conjunto de 33 instituições da economia social, a venda pela CEMG da participação de 45,78% que o Montepio Holding detinha no Banco Terra, o aumento da participação na Moçambique

Companhia de Seguros para 51% resultante de um ajustamento do aumento de capital, a desconsolidação do Valor Prime-Fundo de Investimento Imobiliário Aberto, por unidades de participação em posse da CEMG, tendo sido colocado no público um montante de UP's superior a 50%, a participação na constituição do ACE, IN POSTERUM em 50%, juntamente com a União das Misericórdias Portuguesas e também a constituição da Montepio Residências para Estudantes, SA.

Após as mais variadas intervenções dos Senhores Conselheiros, foi o relatório e as contas consolidadas relativas a 2018 apreciado favoravelmente.

Relativamente à situação das empresas do Grupo Montepio em apreciação, estiveram presentes os representantes da Lusitania e Lusitânia Vida, que explicaram o ponto de situação das empresas de seguros. Sobre a CEMG, os seus representantes fizeram apresentações dos resultados e das empresas inscritas no seu perímetro e principais aspectos da sua actividade no primeiro trimestre de 2019. Quanto ao plano de transformação, mencionou o lançamento da nova imagem, a criação de uma nova campanha com a nova imagem de credito à habitação. O Banco Montepio decidira criar, a partir da licença do Montepio Investimento, SA, um banco de empresas, projecto que integrava o conceito comercial e de banca de investimento. O BEM – Banco de Empresas Montepio, iria trabalhar com empresas com volume de negócios acima de 20 milhões de euros.

Foi aberto um espaço para esclarecimentos de questões pelo que no final foi favoravelmente apreciado o ponto 1 da ordem de trabalhos.

No ponto 3, Outros Assuntos, foram prestados breves esclarecimentos sobre a questão do Beneficiário Efectivo. Dado não se ter conseguido um esclarecimento devida da parte dos serviços oficiais, a orientação mantida em Conselho Geral em relação ao Montepio foi preparar o registo do Conselho de Administração e aguardar em relação aos outros membros do Conselho Geral, por um esclarecimento dessa matéria.

➤ **Sessão de 24 de Outubro**

A ordem de trabalhos desta sessão foi:

1. Desempenho semestral do Grupo Montepio;

2. Escusa de funções apresentada pela Sra. Dra. Isabel Cidrais como membro do Conselho Fiscal e sua substituição pelo Sr. Dr. José Domingos Barão;
3. Outros assuntos.

Antes da ordem do dia, foi endereçado convite a todos os Senhores Conselheiros para que de pé, fosse evocada através de um momento de silencio, a memoria da Senhora Professora Maria Manuela Silva, membro durante vários anos do Conselho Geral do MGAM, dando a esta casa e à causa mutualista alguns dos valores mais preciosos que possuía.

Para discussão do ponto 1, foram convidados os representantes do Banco Montepio e da Lusitania a fim de apresentarem o desempenho das empresas. Sobre a CEMG foi dito que 2019 foi o primeiro ano da aplicação do plano de transformação, estando as medidas nele previstas a ser executadas, o que acarretava os custos financeiros de mudança, os quais ainda não teriam produzido todos os seus efeitos, sobretudo num circunstancialismo financeiro adverso, caracterizado por taxas negativas.

Foi apresentada a seguinte performance do primeiro semestre: os resultados consolidados da CEMG de 3.6 milhões de euros de lucro consolidado, uma margem financeira de 120 milhões de euros, descida ligeira dos custos operacionais tendo ficado em 125 milhões de euros, rácio Cost to income de 68.2%, crescimento de depósitos de clientes de 198 milhões em Euronear, redução de imparidades para risco de credito em 3.8 milhões de euros, os Non-performing Exposures (NPE's) foram fixados nos 14.7%, diminuição de recursos junto do BCE 154 milhões de euros, o rácio de liquidez a atingir os 196.8% acima do requisito dos 100%, o rácio Tier 1 + Capital Total apresenta valores de 13.7% e 15.2%.

Apesar de terem afirmado que o Conselho de Administração do Banco Montepio não estar plenamente satisfeito com a performance obtida, tinham a convicção de ser possível alcançar os objectivos pretendidos de um banco mais saudável, mais solido, mais resiliente e mais rentável.

Passou-se em seguida à apreciação da situação das empresas de seguros, onde se reconheceu haver um problema com as taxas de desconto para cálculo das dotações para cobertura das responsabilidades. Referiram as inovações tecnológicas introduzidas com a adopção do Projecto SAP que trouxe melhorias

a nível dos sites institucionais e melhor contacto com os clientes. A isto se somou a introdução de novos instrumentos para identificação de fraudes e melhoria de circuitos comerciais e também melhoria a nível dos call centers.

A nível de resultados, a Lusitania está em alinhamento com o resultado previsto para o primeiro semestre, com resultado positivo de 6.3 milhões de euros e a N Seguros com resultado negativo de 1.2 milhões de euros.

Relativamente às restantes empresas do Grupo, foi traçado o ponto de situação sobre cada uma, nomeadamente as Residências Assistidas Montepio, que considerava estarem bem encaminhadas, havendo unidades a funcionar no Porto, Coimbra, Montijo, Lisboa e Parede. Em vias de conclusão estavam as duas residências em Entrecampos e uma próxima abertura seria a residência em Albergaria a Velha. Quanto às Residências para Estudantes, tinham sido um contributo importante para resolver um problema social, oferecendo alojamento de qualidade a preços acessíveis.

Sobre a Bolsimo, foi afirmado que os seus objectivos se mantêm e que nos últimos três anos tem apresentado resultados positivos.

Sobre a AM, foi dito que em matéria de subscrições, o volume apresentara resultados negativos dada a concentração de amortizações no decorrer deste ano. A gestão do vasto parque imobiliário deixaria de ter como objectivo satisfazer as necessidades de instalações da CEMG e passaria a ser visto como fonte de rendimentos próprios apostando-se na construção.

Sobre o ponto 2, foi explicado aos Senhores Conselheiros a justificação da escusa de funções que a Sra. Dra. Isabel Cidrais desempenhava no Conselho Fiscal, prendendo-se esta escusa com a incompatibilidade do exercício de funções. O pedido foi aprovado por unanimidade e proposto um agradecimento especial pela forma isenta, dedicada e correcta como desempenhou as suas funções.

Ainda nos outros assuntos, foi levantada a questão sobre uma Comunicação de Negócios respeitante à quota associativa, nomeadamente a oferta da quota de dois euros a associados menores de dez anos e passando a partir dos onze anos a ser de um ou dois euros até atingirem a maioria.

Abordou-se ainda o tema da alteração dos Estatutos do MGAM e a sua aplicação imediata após a aprovação na assembleia geral, ao que foi dito que só entrariam

em vigor a partir do momento em que a Direcção Geral de Segurança Social, representante da tutela, os considerasse registáveis.

Terminada a discussão e debate de questões consideradas de interesse para o Conselho Geral, foi lida uma mensagem pelo Presidente do Conselho de Administração onde são apresentados os motivos para o seu pedido de escusa de funções. O pedido formal foi aceite pelo Conselho Geral e deliberado por unanimidade a data de 15 de Dezembro de 2019 como data em que o pedido produziria os seus efeitos.

➤ **Sessão de 22 de Novembro**

A ordem de trabalhos desta sessão:

1. Deliberar sobre as Linhas de Orientação Estratégica 2019/2021 – Execução e Revisão em 2019;
2. Informações

Quanto ao ponto 1, foi feita a apresentação das LOEs, que estavam estruturadas em torno de seis eixos estratégicos: preparar a adaptação aos novos requisitos regulatórios, prosseguir a racionalização e a optimização das participações e do seu funcionamento, vincular os associados e aumentar as receitas associativas, desenvolver a proposta de valor e a oferta mutualista, potenciar e diversificar os canais de relação associativa e aprofundar a transformação digital do MGAM.

Relativamente ao desempenho estratégico em 2019, o nível de execução estava em 92% em Setembro de 2019. Os melhores níveis de execução tinham sido alcançados nas iniciativas para vincular aos Associados e captar receitas associativas, nas medidas para adaptação aos novos requisitos regulatórios do regime de supervisão e nas iniciativas para diversificação de canais de contacto/distribuição. Já os piores níveis de execução verificavam-se nas medidas de adequação e desenvolvimento da oferta/modalidades, racionalização e optimização das participações financeiras e do funcionamento: custos e sinergias e transformação tecnológica.

O organograma do Grupo Montepio tinha mantido a sua configuração, salvo no que respeitava à alienação de uma percentagem reduzida de acções da CEMG,



a venda da participação do Banco Terra e a constituição da Montepio Residências para Estudantes em 2018.

As principais empresas do Grupo tinham obtido resultados positivos, mas, no caso da CEMG, abaixo do ano anterior e com desvios negativos significativos face aos objectivos. De um modo geral, as empresas do Grupo encontram-se bem encaminhadas, o seu desempenho evidencia melhorias, mas ainda abaixo do necessário para materializar o potencial de geração de valor.

Os Objectivos e Linhas de Orientação Estrategica 2019-2021 revistos, pressupunham a obtenção de um nível de crescimento sustentado da base de associados, propósito em que deveria insistir-se. Era também necessário melhorar as condições financeiras, reduzindo o peso das participações no balanço e melhorar o desempenho da CEMG.

Este assunto mereceu diversas intervenções por parte dos Senhores Conselheiros, mas foi considerado que as Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2019/2021 se mantinham adequadas, pelo que foi aprovado por maioria o documento, após vivo debate, tendo, antes da votação, sido apresentada uma declaração de voto pelo Senhor Conselheiro Dr. João Costa Pinto, onde manifestou que iria votar contra.

No ponto 2, “Informações”, foi o Conselho Geral informado da recepção de carta da ASF com a decisão de ter sido efectuado o registo de todos os membros dos Órgãos Sociais propostos para registo, bem como as pessoas que desempenhavam funções chave.

➤ **Sessão de 11 de Dezembro**

A ultima reunião do ano de 2019 teve como ordem de trabalhos:

1. Apreciação do Programa de Ação e Orçamento para 2020;
2. Outros assuntos.

Antes da discussão do ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o Dr. Tomás Correia tomou a palavra para informar que seria a ultima reunião do Conselho Geral em que participava pelo que desejava que o Montepio continue o seu caminho de sucesso e de confiança no futuro garantindo a remuneração aos Associados

e capitalização da Associação e da Caixa Económica. Despediu-se, agradecendo a todos que com ele tinham colaborado.

Relativamente ao Programa de Acção e Orçamento, o Presidente do Conselho de Administração informou que se tratava de um orçamento elaborado com base em dados correntes e sólidos, mas que variáveis exógenas poderiam por em causa as conclusões a que se chegara. Essas variáveis seriam: taxas de juro, valorização das empresas participadas e património imobiliário.

Esperava-se em 2020 prosseguir com a concretização das medidas que estavam por implementar, tais como preparar a adaptação aos novos requisitos regulatórios, prosseguir a racionalização e a optimização das participações e do funcionamento, vincular os associados e aumentar as receitas associativas, desenvolver a proposta de valor e a oferta mutualista, potenciar e diversificar os canais de relação associativa e por fim, aprofundar a transformação digital da AM.

Relativamente às Demonstrações Financeiras previsionais, seria de esperar em 2020 uma margem de actividade associativa na ordem dos 60 milhões de euros, a variação de provisões técnicas na ordem dos 67 milhões de euros, os gastos gerais administrativos na ordem dos 30 milhões de euros. Quanto ao resultado do exercício previsto para 2020, previa-se um valor na ordem dos 5.3 milhões de euros.

Após diversas intervenções dos Senhores Conselheiros, e posto à votação o PAO, foi o mesmo apreciado favoravelmente com três votos contra.